

OS ATOS MENTAIS NA FORMAÇÃO DOS CONCEITOS EM GUILHERME DE OCKHAM

Laiza Rodrigues de Souza¹

DOI: 10.20399/P1982-999X.2015v1n2pp124-133

RESUMO: Este artigo tem por objetivo pesquisar acerca da formação dos conceitos no pensamento de Guilherme de Ockham. A principal teoria defendida é a de que os atos mentais são responsáveis pela formação dos conceitos. Enquanto empirista e lógico, Ockham se preocupa em desenvolver uma teoria que explique a formação e apreensão dos conceitos em conformidade com a sua ontologia minimalista e seu posicionamento nominalista. Através da teoria dos atos mentais, nosso autor desenvolve uma teoria de formação dos conceitos que prescinde das explicações usuais de formação de conceito por abstração.

ABSTRACT: This article aims to research about the formation of concepts at the thought of William of Ockham. The main advocated theory is that mental acts are responsible for the formation of concepts. While empirical and logical, Ockham bother to develop a theory to explain the formation and apprehension of the concepts in accordance with his minimalist ontology and nominalist position. Through the theory of mental acts, our author develops a theory of concept formation that dispenses with the usual explanations of abstraction for concept formation.

INTRODUÇÃO

A história do pensamento é caracterizada pelos questionamentos que o homem fez acerca da realidade, isto é, do que lhe parece estar disposto na estrutura em que o mesmo se encontra inserido – sejam tais indagações fundadas em pressupostos internos ou externos. Podemos supor que a primeira pergunta feita na história foi “O que há?” A resposta para esta pergunta aparentemente simples pode ser qualquer nome, visto que tudo o que existe e foi descoberto tem um nome. Assim poderíamos, como nos sugeriu Quine (2011), responder que “tudo” é o que há. Entretanto, ‘tudo’ é um nome, apenas um signo de alguma outra coisa. Nós nos expressamos através dos signos e certamente em dado momento todos já se perguntaram porque as coisas têm determinado nome e não outro. O que nos leva a indagar: qual o critério utilizado para nomear as coisas? A esta altura não se trata mais de saber o que é a *coisa*, mas estamos investigando o signo, não especificamente o signo disto ou daquilo, mas de uma maneira geral procuramos saber qual a natureza do signo que é nome das coisas. A linguagem é o lugar de significação entre coisas e nomes. O nosso primeiro problema crucial é, portanto, um problema de linguagem: a significação dos nomes.

A pergunta da natureza do signo não se encerra em si mesma. Sua resposta está provavelmente numa teoria da significação que explique a relação entre mundo e linguagem. Tal teoria deve ser compatível com uma ontologia que alcance a estrutura da realidade que esta

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba, aprovada no doutorado de Filosofia da UFRGS para 2016.

teoria deve significar. Deve também comportar uma epistemologia que seja suficiente para explicar o modo pelo qual conhecemos o mundo fenomênico através da linguagem. O escopo do problema da significação não se restringe apenas à significação dos signos que são nomes de objetos, mas alcança também os signos que são conceitos. Nos deparamos com a dificuldade semântica-epistemológica de determinar qual a natureza dos signos conceitos e como os conhecemos. Assim, nosso segundo problema central é acerca da formação dos conceitos. E acreditamos que explicar como se formam os conceitos responde o problema do *como conhecemos*.

Responder a aparentemente simples questão “O que há?” nos levou a meditar acerca da natureza do signo e revelou o caráter multidisciplinar que tal questão pode acarretar. Do ponto de vista da filosofia Guilherme de Ockham fez uma contribuição ao desenvolver um programa nominalista que apresenta possíveis respostas aos questionamentos supracitados. A formação e apreensão dos conceitos é um problema vigente na filosofia analítica e amplamente discutido por pensadores contemporâneos, a exemplo de Frege que, ao tratar sobre o sentido e a referência procurou explicar que o que se compreende da linguagem (em termos de proposição) pode nem sempre ser aquilo a que ela (a proposição) se refere. Já Russel ao falar da denotação se empenhou na construção de uma linguagem que chegasse mais perto possível do que o falante pretendia dizer. Demais autores como Quine, Strawson, Kripke e Carnap investigaram o mesmo problema linguístico com o qual o Ockham se deparou há mais de 2000 anos. Justificamos a necessidade de pesquisar o programa do *Venerabilis Inceptor* por se tratar da elaboração de uma teoria nominalista formulada no século XIV que já tratava dos questionamentos supracitados e que ainda permanecem em pauta de discussões vigentes. Consideramos, portanto, que não se trata de um pseudo-problema de nomenclaturas, mas constitui de um problema genuinamente filosófico que continua em aberto.

DESENVOLVIMENTO

Como vimos, a pergunta “O que há?” nos levou refletir acerca da linguagem: do que exatamente falamos? Responder a tal questionamento nos exige um posicionamento ontológico, que em outras palavras significa que devemos estabelecer que tipo de coisas admitimos que existe. E mais, como tratar e situar ontologicamente as coisas não-existentes das quais falamos? No nível da filosofia é preciso ter um aparato que nos permita embasar e fundamentar um conhecimento verdadeiro: que esteja em concordância com os compromissos ontológicos que estamos dispostos a assumir.

Para Guilherme de Ockham a ciência diz respeito às proposições universais. Devemos entender que ciência no contexto medieval se refere à ciência lógica (*scientia sermocinalis*). Num sentido estrito, o modo de raciocínio próprio da ciência são as demonstrações silogísticas -

de modo que uma afirmação na ciência é a afirmação da verdade de uma proposição. Chegamos, então, ao valor de verdade de uma proposição a partir da análise dos seus termos. Mas a análise dos termos não é tão simples quanto parece.

Ockham estabelece que a base do conhecimento científico é primária e fundamentalmente o conhecimento intuitivo. De modo que não há conhecimento *a priori* ou inato da realidade. O conhecimento científico do mundo diz respeito à verdade das proposições universais e, portanto, pressupõe o uso da intuição. Para compreendermos como se chega do conhecimento intuitivo à lógica é necessário antes um conhecimento da estrutura linguística que é ao mesmo tempo parte e instrumento da aquisição do conhecimento. É através de proposições que temos o conhecimento de coisas que não conhecemos intuitivamente. Então, para que se assegure um conhecimento verdadeiro é preciso uma linguagem que transmita o mundo tal qual ele é considerado ontologicamente.

O principal problema para um nominalista como Ockham, que quer evitar compromisso ontológico com reais universais no mundo, é explicar detalhadamente a generalidade no pensamento e na linguagem sem aceitar nada além de seres irreduzivelmente singulares. Para transpor tal dificuldade, nosso autor defende que os ‘signos universais’ enquanto conceitos não possuem existência real fora da mente, uma vez que seu nominalismo se caracteriza pelo compromisso exclusivo com singulares. E, neste sentido, toda a sua teoria semântica é desenvolvida primariamente como uma explicação dos vários modos pelos quais o signo conceitual é ligado a seus referentes externos e, secundariamente, os modos como o discurso convencional deriva da linguagem mental (Cf. NORMORE, 1999).

Para responder “Como se formam os conceitos na mente?” precisamos ter um conhecimento geral dos elementos que compõem a estrutura linguística proposta por Ockham. Dissemos que a linguagem própria da ciência são os argumentos silogísticos compostos de proposições. Donde se depreende que para Ockham a linguagem é lógica, e é esta que vai se ocupar em analisar os termos que compõem as proposições. Entretanto, antes de partirmos para o estudo dos termos é preciso ter clareza do que linguagem significa exatamente para o nosso autor. Retomamos a noção de que o conhecimento intuitivo é a base de todo o conhecimento para afirmar que as nossas intuições se referem à realidade sensível (particulares) e à realidade espiritual (intenções da alma). A realidade espiritual tem um papel fundamental na semântica okchamista pois, em vistas disso, ele faz uma considerável inovação em relação aos seus antecessores: a subdivisão da linguagem em dois níveis: mental e convencional. A linguagem convencional é aquela instituída no interior de cada língua e comum aos seus falantes, a linguagem ordinária. A linguagem mental diz respeito às intenções da alma, isto é, a um discurso interior que é anterior à linguagem convencional e às línguas (Cf. Sum Log I, 1). Portanto, a linguagem mental é comum a todos os homens. É esta noção de realidade interior do pensamento ockhamista que vai nos explicar adiante a universalidade da linguagem.

Estes dois níveis de linguagem comportam três tipos de signos correspondentes a três tipos de discurso, o escrito, oral e mental². Na linguagem convencional temos o discurso escrito e o discurso falado. Os termos escritos são signos dos termos falados. Os termos falados são, por sua vez, signos dos termos mentais e estes signos dos objetos do mundo. Há uma relação de subordinação da linguagem convencional à linguagem mental. E isto se dá porque os signos mentais significam naturalmente os objetos. Por esta razão há uma hierarquia entre os signos: as coisas são significadas naturalmente pelos signos mentais. Estes últimos são significados pelos signos escritos que por sua vez são significados dos signos orais. A relação entre palavras escritas e orais é convencional, assim como também o é a relação entre palavras escritas e conceitos. Já a relação entre conceitos e coisas é natural. Em última instância, as palavras escritas são signos das coisas.

Uma vez que foram apresentados os dois níveis de linguagem e os três níveis de discurso e signo na filosofia ockhamista, passemos à análise dos termos. Uma vez que a análise da proposição requer o conhecimento de seus elementos, isto é, dos seus termos. Ockham adota a definição de termo de Aristóteles em seu *Primeiros Analíticos* 34b10, segundo a qual termo é “aquilo em que a premissa se resolve, a saber, tanto o predicado quanto o sujeito, quer com a adição do verbo ser, quer com a remoção de não ser” (Sum, Log, I, 1). Aparentemente, a resposta para a natureza da significação está na semântica dos termos e esta é a razão pela qual em sua *Summa Logicae* o *Venerabilis Inceptor* faz uma extensa análise dos mesmos. Mas antes de prosseguirmos, nos cabe diferenciar um signo de um termo. Signo é definido como “tudo aquilo que, apreendido, traz algo diverso à mente” (Sum. Log. I, 1). Praticamente qualquer coisa pode cumprir o papel de signo, isto é, praticamente qualquer coisa pode trazer à mente outra coisa. Entretanto, no âmbito da lógica consideramos as proposições. Assim, quando falamos de termos se trata da parte de uma proposição, e somente o termo que é signo-conceito é capaz de supor por uma coisa, isto é, representa-la numa proposição.

Na linguagem temos termos concretos e abstratos, isto é, termos que possuem um referencial concreto e outros que não possuem. Como no caso de ‘homem’ que é um termo concreto porque seu referencial é um homem determinado, e o termo ‘humanidade’ que não possui um referencial real. Ockham pretende evitar que sejam postuladas novas entidades para fazer referência aos termos abstratos. Ele evita tal postulação - que considera desnecessária - a partir de uma teoria da conotação que distingue termos absolutos e conotativos. Os termos absolutos são aqueles que significam muitas coisas sem diferenças entre elas. Um exemplo de termo absoluto é “homem”, que sempre vai indicar os homens que existiram no passado, existem no presente ou existirão no futuro. Os termos absolutos são aqueles que podem ser predicados de tudo o que significam.

² Ockham atribui os três tipos de discursos a Boécio no Comentário ao primeiro livro do *De Interpretatione*. (Cf. Sum. Log. I, 1)

Os termos conotativos, em oposição aos absolutos são aqueles que possuem mais de um significado. O primeiro significado é idêntico ao termo absoluto e o segundo é um significado conotativo. Significam diretamente substâncias (coisas brancas) e secundariamente qualidades singulares atribuíveis às substâncias (brancura da coisa branca), isto é, os acidentes. O termo conotativo primeiramente significa os indivíduos aos quais se aplica e secundariamente significa os acidentes inerentes a estes indivíduos.

Em virtude da conotação, Ockham reformulou a noção de acidente. Porfírio em sua *Isagoge* (introdução às *Categorias* de Aristóteles) havia distinguido os acidentes em separáveis (dormir para o homem) e inseparáveis (ser preto a um corvo). Entretanto o termo ‘corvo’ significa absolutamente o animal corvo e conota instantaneamente a negrura do corvo.

A conotação é uma das principais ferramentas da semântica de Ockham. Pois é através da significação secundária que se evita semanticamente a postulação desnecessária de muitas entidades referenciais de nomes gerais. Segundo Normore:

A função filosófica da distinção entre significação primária e secundária é rarefazer a ontologia e não o aparato mental do conhecimento. O projeto de Ockham é explicar todas as características semânticas e epistemológicas em termos de relação entre signos-símbolos e objetos singulares no mundo (1999, p. 58.)³

Tanto os termos absolutos quanto os termos conotativos figuram na linguagem mental. A linguagem mental é composta de proposições mentais que são formadas por termos mentais ou conceitos. Estes termos fazem referência às coisas que significam. O signo mental tem um caráter extensional em relação ao mundo físico. O que explica a extensionalidade do termo é a propriedade de supor, isto é, de “ocupar o lugar da coisa” numa proposição. Quando um termo categoremático é inserido numa proposição ocupando o lugar de sujeito ou predicado, ele adquire a função semântica da suposição que é a função referencial de um termo num contexto proposicional. Assim, o termo ocupa o lugar daquilo que ele significa.

Assim, o signo conceito pode *significar* somente singulares, de acordo com a ontologia nominalista. E no contexto proposicional o signo conceito adquire a também a função de supor por algo que significa, isto é, de representar ou ocupar o lugar daquilo que significa. O que nos leva a concluir que fazer referência e significar são duas propriedades distintas. vamos investigar como o signo conceito que figura na linguagem mental se refere às coisas que significa *naturalmente*, enquanto os signos orais e escritos o fazem apenas por convenção.

CONCLUSÃO

Falamos da complexidade do signo linguístico, o que nos levou ao problema da significação como um todo. Temos três tipos de signos, os escritos que significam os falados e

³ Tradução nossa.

os falados que significam conceitos. A significação dos dois primeiros signos é fácil de explicar porque se situam na linguagem convencional. Mas a significação do conceito dissemos que ocorre *naturalmente*. Mas o que significa isso exatamente?

Uma vez que estamos falando de um signo que diz respeito a uma linguagem mental, o processo de significação natural envolve uma investigação do ponto de vista psicológico do funcionamento da mente, o que nos traz a um campo chamado hodiernamente de mentalismo ou filosofia da mente. Dissemos que o signo conceito significa naturalmente *coisas*. De modo que o signo conceito tem um caráter extensional: ele se refere a coisas no mundo e tem a função semântica de representar as coisas a que se refere graças a propriedade que este signo tem de supor (ocupar o lugar) da coisa numa proposição. Então, quando dizemos “o homem corre” sabemos que o termo ‘homem’ se refere a um homem existente no mundo. Entretanto, o valor de verdade desta proposição, isto é, se esta proposição é verdadeira ou falsa só pode ser constatado se a proposição “o homem corre” foi formulada a partir da evidência da coisa, ou seja, se é fruto de um conhecimento intuitivo de um homem correndo.

Então, o que queremos investigar é: como a partir da evidência de uma única coisa a mente forma um conceito geral? Para responder isso exporemos o problema do conceito enquanto signo: Ockham define na *Summa Logicae* I que “o termo concebido é a intenção ou paixão da alma significando ou co-significando naturalmente algo, capaz de ser parte da proposição mental e de por ela supor”. E também diz que signo é “...tudo aquilo que, apreendido, traz algo diverso à cognição, embora não leve a mente à uma primeira cognição daquilo, segundo mostraremos em outro lugar, mas à cognição atual, após a habitual” (Sum, Log.I).

O que está sendo dito é que o signo não conduz somente ao conhecimento daquilo que já é conhecido, mas ele *faz conhecer* qualquer coisa. Segundo a primeira parte da definição de signo como “tudo aquilo que, apreendido, traz algo diverso à cognição” (Sum, Log.I), tudo o quanto conhecemos na verdade é o conhecimento de algo que já conhecíamos e veio à memória através do signo. Então deveria existir um conhecimento anterior à lembrança, de modo que o conhecimento não pode ser o mesmo que signo.

Mas Ockham faz do signo um ato. Isto porque “o ato de conhecer é ele mesmo o elemento de uma proposição, a proposição mental, e todo elemento de uma proposição é um signo” (MICHON, 1994, p. 40) A análise ockhamista do conhecimento é regida pelo princípio de assimilação do pensamento a uma linguagem. Isso se fundamenta na noção de proposição mental, isto é, a afirmação de que há complexos mentais que portam valor de verdade. Assim, conceito e ato mental de conhecimentos são assimilados aos elementos da proposição mental por isomorfia: “a toda proposição vocal verdadeira ou falsa corresponde uma proposição mental formada de conceitos” (Quod. V,8 Oth IX, 509, 18-19)

Postulado como um termo, o conceito é, portanto, um signo. Enquanto signo é a recordação do conhecimento precedente de outra coisa; enquanto conceito é o meio do conhecimento – apreensão do signo ele mesmo. Entretanto, tal definição pode nos levar a um círculo, pois, se o conceito enquanto signo é representação, ele vai sempre remeter a algo apresentado anteriormente, e assim por diante. Mas o conceito não é um signo meramente recordativo que cumpre somente a função de trazer outra coisa à mente. Enquanto termo mental e signo, o conceito não pode somente lembrar um conceito já formado, ele tem que *ser formado* à ocasião de um primeiro conhecimento do objeto.

Podemos dizer que o conceito é um signo que não cumpre somente sua função recordativa, mas ele é pura referência, o ato de conhecer que o signo-coisa-recordativa causa e ‘envelopa’. Este ato do conhecimento é uma palavra mental, uma qualidade do espírito. O que diferencia o signo-conceito do signo é que a relação do conceito com seus objetos se dá naturalmente. O conceito permite o conhecimento daquilo que ele mesmo é conceito, sem ser ele mesmo conhecido (*a priori*) porque ele é o ato de conhecer.

Finalmente, expomos que defender a formação de conceitos através de atos mentais é possível e tem embasamento no pensamento filosófico de Guilherme de Ockham, uma vez que ele desenvolveu uma teoria semântica na qual a existência de uma linguagem mental assegura a relação entre linguagem e pensamento. E a partir da linguagem mental sua teoria cognitiva se desenvolveu para estar de acordo com uma ontologia que só admite particulares. Assim, a significação e referência dos termos universais é mantida na linguagem convencional sem implicar em compromissos ontológicos, pois a generalidade da linguagem e pensamento é explicada por de estados mentais causados por particulares.

REFERENCIAS

ARISTOTELES. **Órganon**: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos Posteriores, Tópicos, Refutações sofisticas. 2. ed. Trad. de textos adicionais e notas Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2010. (Série Clássicos Edipro)

BEUCHOT, Maurício. **El problema de los universales**. Cidade: Editora, 1981

COPLESTON, Frederick. **A History of Philosophy**: Late Mediaeval and Renaissance Philosophy Parte I Ockham to the Speculative Mystics. Wstminters: The Newman Press. 1953 (p.68)

DE LIBERA, Alain. **La querele dès universaux**: de Platon à la fin du Moyen Age. Paris: Éditions du Seuil, 1996.

DE RIJK, Lambertus L. M. **Logica modernorum**: a contribution to the history of early terminist logic. Assen: Koninklijke Van Gorcum & Company 1967. v. 2.

FUSHC, Oswald. **The psychology of Habit According to William Ockham**. New York: The Franciscan Institute, 1952

GHISALBERTI, Alessandro. **Guilherme de Ockham**. Trad. de Luis Alberto De Boni. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

GILSON, Etienne. **O espírito da filosofia medieval**. [*L'esprit de la Philosophie Médiévale*] Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KLIMA, Gyula. **Ockham's Semantics and Ontology of the Categories** in: *The Cambridge Companion to Ockham* edited by Paul Vicent Spade. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

KNEALLE, William ; KNEALLE, Martha. **O desenvolvimento da lógica**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

LOUX, Michael J. **William of Ockham. Ockham's theory of Terms: Part I of the Summa Logicae**. Trad. and Introd. by Michael J. Loux. Indiana: St. Augustine's Press, 1998.

MAURER, Armand. **The Philosophy of William of Ockham: In the light of it's principles**. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies (PIMS), 1999.

MICHON, Cyrille. **Nominalisme: La théorie de la signification d'Occam**. Paris: Librarie Philosophique J. VRIN, 1994.

MÜLLER, Paola. In Ockham, Guilherme de. **Lógica dos termos**. Trad. de Fernando Pio de Almeida Fleck. Introd. de Paola Müller. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1991.

NORMORE, Calvin G. **Some Aspects of Ockham's Logic** in: *The Cambridge Companion to Ockham* edited by Paul Vicent Spade. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

NOVAES, Catarina. **A teoria da suposição de Guilherme de Ockham: uma reconstrução**. São Paulo: Dutilh, 2003.

131

OCKHAM, William. **Ockham's theory of Terms: part I - of the Summa Logicae**. Trad. and Introd. by Michael J. Loux. Indiana: St. Augustine's Press, 1998.

_____. *Quodlibeta septem*. In: **Opera Theologica IX**. Ed. Joseph C. Wey, C.S.B.. Cura Instituti Franciscani, Universitatis S. Bonaventurae, St. Bonaventurae, N. Y., 1980.

_____. *Summa Logicae*. In: **Opera Philosophica I**. Ed. Ph. Boehner, G. Gál. E S. Brown. Cura Instituti Franciscani, Universitatis S. Bonaventurae. St. Bonaventurae: N. Y. 1974.

PANACCIO, Claude. **Le discours intérieur: de Platon à Guillaume de Ockham**. Paris: Éditions du Seul,

PERINE, E. **La théorie ockhamienne de la Connaissance Évidente**. Paris: Librarie Philosophique, 2006.

PINBORG, J. **Logica e semanticanel medievo**. Trad. di Flavio Cuniberto. Torino: Boringhieri, 1984.

PORFÍRIO DE TIRO. **Isagoge: introdução às Categorias de Aristóteles**. Trad. e Introd. e comentário de Bento Silva Santos. São Paulo: Attar, 2002.

QUINE, Williard. **De um ponto de vista lógico: Nove ensaios lógico-filosóficos**. Trad. de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SANTOS, Bento Silva. Introdução in: PORFÍRIO DE TIRO. **Isagoge**: introdução às *Categorias* de Aristóteles. Trad. e Introd. e comentário de Bento Silva Santos. São Paulo: Attar, 2002.

_____. **Antologia de textos** (Porfírio, Boécio, Ockham) 2002. Disponível em: <<http://www.bentosilvasantos.com/cms/index.php?download=OS+UNIVERSAIS+-+Porfirio%2C+Boecio+e+Ockham.pdf>>. Acesso em 16 Julho 2015.

SARANYANA, Josep-Ignasi. **A filosofia medieval**: das origens patrísticas à escolástica barroca. [*La filosofia medieval*] Trad. de Fernando Salles. São Paulo: Instituto brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2006.

SELLARS, Wilfrid. **Empirismo e filosofia da mente**. Introdução de Richard Rorty e guia de estudos de Robert Brandom. Trad. Sofia Inês Albornoz Stein. Petrópolis: Vozes, 2008.

SPADE, Paul Vicent. **The Cambridge Companion to Ockham**. Ed. Paul Vincent Spade.

_____. **Thoughts, words and things**: an introduction to late mediaeval logic and semantic theory. Cidade: Editora, 1996.

WEINBERG, Julius. **Breve História da filosofia medieval**. Trad. de Carlos Laguna. Madrid: Ed. Cátedra, 1987.

